

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA  
PROJETO DOM HELDER CAMARA – PDHC/FIDA**

**FUNDO DE INVESTIMENTO SOCIAL E PRODUTIVO - FISP**

**MANUAL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS FISP**



**Recife, julho de 2004**

## ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	3
1) INTRODUÇÃO .....	4
2) OBJETIVOS DO FISP.....	5
2.1) O Fundo de Investimentos Sociais e Produtivos tem por objetivos gerais: .....	5
2.2) Os objetivos específicos dos investimentos sociais do FISP são:.....	5
2.3) Os objetivos específicos dos investimentos produtivos do FISP são:.....	5
3) ELEMENTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS .....	6
3.1) A posição do grupo/associação em relação à “propriedade do projeto”.....	6
3.2) A consistência e coerência dos objetivos, estratégias e atividades .....	7
3.3) A matriz tecnológica do projeto .....	7
3.4) A viabilidade econômica do projeto – FISP Produtivo.....	8
3.5) Os Aspectos ambientais do projeto .....	10
3.6) A Gestão e administração do projeto .....	10
3.7) Organização social .....	11
3.8) Orçamento .....	12
4) APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS.....	12
5) CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE .....	13
6) CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO.....	14
6.1) FISP social: .....	14
6.2) FISP Produtivo .....	14
7.) TRAMITAÇÃO DE PROJETOS FISP .....	15
8.) ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE VIABILIDADE ECONÔMICA .....	17
9.) ELEMENTOS TÉCNICOS ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS FISP PRODUTIVOS.....	19
9.1) Apicultura:.....	19
9.2) Criações (mamíferos de pequeno porte): .....	20
9.3) Hortas, Pomares e culturas de sequeiro:.....	20
9.4) Irrigação: .....	21
9.5) Mini agroindústria: .....	22
9.6) Galinha caipira: .....	22
10.) CALENDÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS FISP .....	23
11.) ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS NARRATIVO E FINANCEIRO DOS PROJETOS FISP.....	24
12) ANEXOS.....	26
ANEXO 1- ROTEIRO COMENTADO PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO FISP PRODUTIVO .....	27
ANEXO 2- PLANILHA DE VIABILIDADE ECONÔMICA DE PROJETOS FISP.....	39
ANEXO 3- FORMULARIOS DE CONTROLE FINANCEIRO .....	41

## **APRESENTAÇÃO**

É com grande satisfação que apresentamos este manual. Ele descreve de maneira simples e didática, com uso de exemplos, a concepção metodológica e procedimentos para a formulação, implementação e avaliação/prestação de contas de projetos de investimento social e produtivo.

Pretendemos com este manual alcançar dois objetivos: um voltado para um público mais amplo, tenta sistematizar e compartilhar a própria concepção e experiência do PDHC com a questão da elaboração e implementação participativa de projetos de desenvolvimento social e produtivo junto a comunidades de agricultura familiar e reforma agrária; outro para um público mais específico, visa responder a uma necessidade efetiva dos técnicos/as das entidades parceiras ligadas ao PDHC que estão realizando assessoria técnica às comunidades e assentamentos.

Desejamos a todos o melhor proveito e sucesso no uso deste manual e ficamos à disposição para interações e contribuições que venham a enriquecer o debate sobre o tema.

Espedito Rufino  
Diretor do PDHC

## **1) INTRODUÇÃO**

No meio rural da região semi-árida brasileira é gritante a quantidade de projetos produtivos e sociais fracassados. Há um verdadeiro cemitério de máquinas paradas, de galpões, sedes de associação e outros investimentos que não servem para, praticamente, nada.

Mas qual a razão desse fato? A resposta é complexa, e as explicações podem ser as mais variadas. Não se pode deixar de citar, no entanto, elementos centrais para os insucessos. Primeiro, a supremacia de uma concepção tecnológica e de desenvolvimento rural impregnada pela “revolução verde”, pela política do combate à seca e das práticas clientelistas e de fortalecimento da dominação política das oligarquias. Entre outras características marcantes desse modelo, tem-se uma predominância de processos verticalizados e tecnicistas (sem a mínima participação das comunidades) na elaboração dos projetos. Segundo, num período histórico mais recente, e de ocorrência bem menor, tem-se também o outro tipo de falha, ou seja, a falha metodológica na construção participativa de projetos com as comunidades. Isso, na maioria das vezes, se expressava em projetos que atendiam as demandas das famílias, mas com pouca ou ineficiente assessoria na reflexão sobre a viabilidade econômica e técnica das mesmas. Isso resultou em muitos projetos de produção insustentáveis, elaborados com baixa interação dos conhecimentos entre técnicos e agricultores.

Diante desse quadro histórico, cabem duas perguntas: Corre-se o risco do FISP ser uma fonte bem intencionada de criar novos “elefantinhos brancos”? Como podemos evitar esse risco?

Podemos dizer que o contexto geral do PDHC – assistência técnica garantida, base conceitual de desenvolvimento e matriz tecnológica das PEDs (responsáveis pela assessoria na elaboração dos projetos) tendendo a agroecologia, etc – de saída já contribui muito para diminuir esse risco. Mas não basta apenas diminuir os riscos, é preciso evitá-los.

Nesse sentido, há dois fatores de risco que merecem uma atenção especial por parte do PDHC: a pouca experiência da maioria das organizações de assessoria técnica na elaboração participativa de projetos e a cultura um tanto imediatista de grande parte da população rural do semi-árido. Esses fatores, combinados (ou não) são decisivos na produção de projetos fadados ao fracasso.

Diante desse contexto, cabe ao PDHC, por um lado, orientar as PEDs no processo de elaboração dos projetos a serem apresentados ao FISP e possibilitar momentos de capacitação nesse campo.

Por outro lado, o processo de análise dos projetos deve funcionar como um mecanismo de capacitação das próprias PEDs e associações, além, evidentemente, de evitar o risco da aprovação de projetos que não representarão efetivamente a melhoria da qualidade de vida das famílias. Assim, a análise de projetos, busca identificar e corrigir possíveis equívocos na própria opção de priorização da associação / grupo pelo projeto e na formulação do mesmo, aspectos estes que afetarão a implementação, gestão e resultados socioeconômicos e ambientais esperados.

## **2) OBJETIVOS DO FISP**

### **2.1) O Fundo de Investimentos Sociais e Produtivos tem por objetivos gerais:**

- Apoiar as iniciativas sociais e produtivas sustentáveis das comunidades atendidas pelo PDHC;
- Apoiar projetos de gerenciamento de recursos hídricos, principalmente;
- Fortalecer as entidades associativas das famílias beneficiárias, por meio de processos participativos de identificação, priorização, elaboração, execução e gestão de projetos de interesse coletivo;
- Fortalecer as relações das comunidades, através de suas entidades associativas, principalmente dos projetos de assentamentos, com os governos municipais, conselhos de desenvolvimento rural e outras instâncias, visando a mobilizar recursos para prover infra-estrutura social e produtiva às comunidades; e,
- Proporcionar às comunidades, através de suas entidades associativas, uma condição de controle tanto sobre o processo de decisão, quanto da execução e da gestão dos investimentos a serem feitos com os recursos do FISP.

### **2.2) Os objetivos específicos dos investimentos sociais do FISP são:**

- Promover a integração social dentro das comunidades, principalmente dos assentamentos;
- Garantir a promoção de infra-estrutura social poupadora da mão-de-obra feminina permitindo a ampliação da participação das mulheres nas atividades sociais e produtivas; e,
- Apoiar a dotação das comunidades de infra-estrutura social voltada para o lazer e a cultura, especialmente para as crianças, os jovens e os idosos.

### **2.3) Os objetivos específicos dos investimentos produtivos do FISP são:**

- Apoiar investimentos na conservação e uso racional da água, principalmente na irrigação;
- Apoiar investimentos em agricultura, valorizando a agrobiodiversidade e as práticas agroecológicas;
- Apoiar investimentos em comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas;
- Apoiar micro e pequenas empresas comerciais das comunidades, ligadas a atividades agrícolas e não agrícolas
- Apoiar agroindústrias familiares, agregando valor aos produtos das comunidades;
- Promover as iniciativas produtivas que sejam alternativas inovadoras de renda, agrícola e não agrícola, contribuindo para a diversificação da produção; e,
- Proporcionar às comunidades condições de acessar outros recursos disponíveis em instituições financeiras.

### **3) ELEMENTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS**

#### **3.1) A posição do grupo/associação em relação à “propriedade do projeto”.**

No âmbito do FISP, as parceiras de execução direta (PEDs) têm o papel de assessorar aos grupos/associações comunitárias na elaboração dos projetos e na possível implantação. Essa assessoria na elaboração, na verdade, deve significar uma orientação que começa na escolha das prioridades da comunidade, as quais exigirão, por certo, maior grau de investimento de esforços.

A tomada de decisão sobre as prioridades para o desenvolvimento da comunidade representa um desdobramento de uma série de ações, entre as quais o FISP poderá vir a ser um instrumento importante no alcance das mudanças desejadas. Portanto, para se decidir pelo uso do FISP ou não, deve haver uma maturação da comunidade sobre suas prioridades e respectivas estratégias e atividades.

Ao se ter o indicativo da utilização do FISP numa determinada prioridade, cabe à assessoria ajudar ao grupo/associação a refletir mais sobre a condição em que o mesmo se encontra para apostar todas as fichas num projeto a ser apoiado pelo FISP. Em outras palavras, há organização e harmonia no grupo para enfrentar tal projeto? Qual o conhecimento que o grupo já tem acumulado sobre as tecnologias e procedimentos que serão efetuados na vida do projeto? O grupo conhece outros projetos semelhantes ao que pretende implementar? Em relação às dificuldades enfrentadas nesse outro projeto similar, o grupo acha que tem condições de enfrentá-las ou mesmo evitá-las?

O recomendado é que somente após toda essa preparação é que se chegue ao momento da decisão pela “elaboração propriamente dita” do projeto FISP, ou não. Neste último caso, o grupo pode optar pela implantação de uma Unidade Demonstrativa<sup>1</sup>, com o intuito de se familiarizar melhor com a proposta em questão e só depois disso partir para o uso do FISP.

O tipo de participação do grupo na tomada de decisão pelo projeto e em cada passo da sua elaboração é decisivo para o seu sucesso ou fracasso. A criação de um ambiente e dinâmica de construção coletiva do projeto, além de amadurecer a reflexão de aspectos indispensáveis para o projeto, como a sua gestão, amplia a auto-estima do grupo, e o seu domínio e motivação pelo projeto.

Nesse processo participativo de elaboração do projeto, as assembléias da associação para decidir sobre a priorização da comunidade e a aprovação do projeto, muito mais do que uma formalidade, é um passo importante na maturação do projeto. Passa também a ter um significado emblemático de exercício da cidadania, e, sobretudo, de celebração de uma primeira conquista na caminhada que se inicia para mais uma busca de um futuro mais promissor para a comunidade.

#### **Questões-chave:**

- O grupo/associação reconhece o projeto como “seu” ?

---

<sup>1</sup> Para saber mais sobre Unidade Demonstrativa consulte o documento *Manual de elaboração de Unidades Demonstrativas*.

- O projeto responde, de fato, a uma prioridade do grupo/associação?
- Qual o nível de participação do grupo na elaboração do projeto?
- Qual a motivação do grupo em relação ao projeto?

### **3.2) A consistência e coerência dos objetivos, estratégias e atividades**

O objetivo deve representar um desejo que é ao mesmo tempo um compromisso assumido coletivamente, um objetivo a ser alcançado pelo grupo envolvido com o projeto. Deve ser fruto de uma discussão sobre o que realmente se pretende alcançar com o projeto a partir daquela potencialidade ou do enfrentamento de determinado problema.

É importante que se reflita bem sobre as estratégias necessárias para se atingir os objetivos do projeto, que as mesmas sejam materializadas por atividades que estejam ao alcance do grupo e que seus resultados sejam de grande impacto sobre os objetivos.

#### Questões-chave :

Objetivos:

- Claramente definidos?
- São bem qualificados e com um horizonte bem definido?
- Expressam mudanças na qualidade de vida dos beneficiários?

Estratégias e atividades

- Bem definidas em relação aos objetivos?
- De realização possível?
- Leva em conta o contexto?

### **3.3) A matriz tecnológica do projeto**

Um projeto produtivo se baseia em técnicas, tecnologia(s) e conhecimento(s) que influenciam diretamente no alcance dos resultados desejados. Nesse sentido, na elaboração de um projeto FISP é fundamental verificar se as técnicas, tecnologias e base de conhecimento que serão empregados já são do domínio das famílias envolvidas no projeto, ou, no caso negativo, se estão ao alcance dessas a partir de um processo razoável de capacitação de curto e médio prazo, cuja intensidade e tempo necessário não representem um risco para o bom desempenho técnico e econômico do projeto.

A matriz tecnológica e as práticas agrícolas devem tomar por base os princípios da agroecologia, sobretudo, verificando-se a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do projeto. Para isso é preciso analisar se as técnicas ampliam a conservação e recuperação dos recursos naturais, se fortalecem relações sociais justas e se geram uma relação equilibrada das famílias com o mercado externo, evitando-se as tecnologias custosas e que criam um nível elevado de dependência de insumos externos, fatores estes que acabam levando o empreendimento ao fracasso.

#### Questões-chave:

- O projeto toma por base (ou tende) a agroecologia?
- Os procedimentos e tecnologias estão bem definidos?
- Os procedimentos, tecnologias e insumos são claramente acessíveis aos agricultores?
- Quais os insumos a serem utilizados?
- Os insumos são produzidos na comunidade?
- Estão sendo usadas práticas conservacionistas do solo? Cobertura morta, adubação orgânica, terraceamento, plantio em nível, etc.

#### **3.4) A viabilidade econômica do projeto – FISP Produtivo**

Um projeto produtivo pressupõe que a atividade proposta seja rentável e gere emprego e ocupação produtiva para os beneficiários (e/ou proporcione melhoria no nível de segurança alimentar). Neste sentido, uma das principais características dos projetos FISP produtivos é referente ao número de famílias beneficiadas, o incremento do nível de ocupação, renda (e alimentação) destas famílias. Estes projetos devem ainda conter de forma detalhada os elementos que justifiquem sua implantação do ponto de vista econômico.

A preocupação com a viabilidade econômica deve levar em conta o sistema produtivo como um todo. O corpo do projeto deve refletir o funcionamento deste sistema de maneira clara e objetiva. Nele devem estar explicitados o mercado alvo, a estratégia de acesso a ser adotada, como se dará a logística de comercialização e se existe capacidade organizativa correspondente para implantar estas estratégias. A viabilidade econômica, entretanto, deve ser demonstrada em números<sup>2</sup>. É muito importante, que o projeto aponte com detalhes todas as características relacionadas às receitas e às despesas envolvidas no sistema produtivo.

A análise das receitas do projeto produtivo observa se os preços de venda estão compatíveis com os de mercado e se a capacidade produtiva a ser instalada está bem dimensionada. A análise das despesas observa primeiramente se estão contidos todos os itens necessários e se os mesmos estão bem dimensionados. As principais categorias de despesas são custos produtivos (material de consumo, insumos, matéria prima, remunerações, encargos, depreciação, conservação e outros), custos de comercialização (viagens, fretes e outros), custos de administração (telefone, energia, papel e outras) e custos tributários.

Alguns indicadores econômicos são desejáveis na análise de viabilidade econômica de um projeto, entre eles está a relação benefício custo e o ponto de equilíbrio. Entretanto estes não são aplicáveis a todos os casos.

#### Questões-chave :

- A viabilidade econômica foi analisada?

---

<sup>2</sup> Para a análise da viabilidade econômica de projetos FISP, o PDHC preparou um instrumento especial de análise em Excel.

- O que, quanto, como e onde será produzido e onde será comercializado? Feiras livres ou agroecológicas, pequenos supermercados, entrega a domicílio ou atravessador.
- Existe demanda por seu produto nos mercados alvo? Pretende-se fazer estudos de mercado?
- A apresentação/ embalagem foi pensada para atender este mercado?
- Existem exigências jurídicas associadas ao mercado alvo?
- Qual a logística e estratégia pensada para acessar ao mercado?. Bancas, caixas, transporte, armazenamento.
- Há capacidade organizativa e administrativa no grupo para assumir tal estratégia e logística ?
- Que pessoas serão responsáveis? formação de subgrupos, ou definição de responsáveis.
- Existirão capacitações nesta área?
- Qual a renda esperada por família envolvida no projeto?
- O projeto gerará empregos/ocupações produtivas ? Quantos diretos e indiretos ?
- Quais as implicações jurídico-fiscais do empreendimento?
- O capital inicial do projeto mais o resultado das vendas serão suficientes para cobrir os gastos?
- Os preços de venda estão compatíveis com os de mercado?
- A capacidade produtiva está bem dimensionada?
- Entre as despesas estão previstos os itens de matéria prima, material de consumo, remuneração/ mão-de-obra, depreciação, manutenção, custos de comercialização, de administração e tributários? Estas despesas estão bem dimensionadas?
- Como será usado o lucro líquido do empreendimento?
- Quais os indicadores de viabilidade econômica que demonstra ter o projeto? Ex: Relação benefício/custo e ponto de equilíbrio.
- No caso de haver crédito, qual a capacidade de pagamento?
- Pretende ter consultoria externa para este fim?
- Como será a divisão / aplicação do lucro? Por horas trabalhadas, igualmente ou proporcional a produção.
- Será formado fundo rotativo? Que % do investimento será retornado? Em que será aplicado? Como será a gestão?
- Como pretende lidar com a demanda por capital de giro? Pretende-se acessar outros financiamentos para este fim? O projeto é dependente de co-financiamento para este fim?

### **3.5) Os Aspectos ambientais do projeto**

Os aspectos ambientais do projeto produtivo devem ser evidenciados e descritos no corpo do projeto. Os impactos ambientais ocorrem com maior ou menor intensidade nos sistemas produtivos no meio rural. Estes podem ser positivos, mas quase sempre são negativos. Neste caso, devem-se prever medidas preventivas ou corretivas.

Os impactos ambientais negativos podem acontecer: sobre o ecossistema local em forma de desmatamentos; sobre os solos através de contaminação, salinização e erosão; sobre os recursos hídricos em forma de contaminação, barramentos, esgotamento de aquíferos, assoreamento de rios, entre outros; e na atmosfera.

No projeto deve estar previsto como se vai lidar com insumos químicos e resíduos poluentes, caso existam. A conservação dos recursos naturais é imprescindível para a sustentabilidade ambiental e econômica da região beneficiada, e, portanto, os projetos devem ter a questão ambiental como característica que perpassa todo o planejamento produtivo.

#### Questões-chave:

- Os impactos ambientais foram analisados?
- Incorporados nos objetivos, metas e atividades?
- O projeto gera impactos ambientais positivos?
- Há riscos de gerar impactos negativos? Há medidas preventivas estabelecidas ?
- Existem resíduos ou subprodutos no sistema produtivo? Podem ser contaminantes? Como serão manejados?
- Serão usados insumos químicos? Como serão manejados?
- Haverá desmatamento?
- Haverá impacto sobre os recursos hídricos?
- Haverá impactos sobre os solos (erosão, salinização, contaminação)?

### **3.6) A Gestão e administração do projeto**

Quando o projeto é subdividido em unidades familiares, a gestão do projeto é mais simples porque a tomada de decisões é realizada dentro desta estrutura familiar que já possui sua própria sistemática e regras de funcionamento.

Entretanto em projetos coletivos o processo de gestão se torna um pouco mais complexo devido a questões como insatisfações pessoais em virtude de diferentes níveis de envolvimento com o projeto, disputas de liderança, machismo, preconceito e em casos extremos a desonestidade, etc. A gestão coletiva mal conduzida pode facilmente levar o grupo a crises e muitas vezes ao fracasso do empreendimento. Uma das maneiras de se evitar tais problemas é definir regras claras para o funcionamento e divisão de responsabilidades e tarefas entre os membros do grupo. Estas regras podem estar em um regimento, ou apenas acordadas informalmente, e têm a função de: delimitar papéis, funções e responsabilidades de cada um; definir procedimentos administrativos e financeiros; criar instrumentos de controle e tomada de decisão, coletivos e democráticos.

É fundamental na organização da gestão identificar com precisão a potencialidade e habilidade pessoal de cada membro do grupo, de modo que cada um fique situado na função mais adequada. A infra-estrutura deve ser bem dimensionada para atender as diferentes demandas organizacionais do empreendimento. Durante a elaboração participativa do projeto, ou durante o processo de implantação do projeto estas questões devem ser estabelecidas de forma participativa para que o grupo assuma de fato a propriedade do empreendimento e consiga manter uma gestão coletiva equilibrada.

Questões-chave:

- Compatível com os objetivos, metas e estratégias do projeto?
- Há Pessoal capacitado? Caso contrário, o que está planejado para capacitá-los?
- As funções estão bem definidas?
- Quanto tempo demanda cada etapa do ciclo produtivo? Que pessoas serão responsáveis? Formação de subgrupos, ou definição de responsáveis por áreas.
- Está sendo considerada a infra-estrutura para este fim? A infra-estrutura existente e/ou projetada está bem dimensionada? Associação, infra-estrutura própria do projeto, casa de membros do projeto.
- O sistema de trabalho é coletivo? Qual é a função de cada envolvido?
- O grupo pensa em ter sistemática de avaliação e planejamento.

### **3.7) Organização social**

Um projeto FISP seja social ou produtivo deve, além de beneficiar diretamente um grupo de famílias associadas, fortalecer os laços sociais e a organização da própria associação/comunidade como um todo. Isto pode ocorrer de diversas formas, entre elas, pelo simples processo de discussão e elaboração participativa do projeto, da socialização dos seus resultados, e da união das famílias em torno do alcance de um objetivo. Outra forma do projeto melhorar a organização social é a própria motivação gerada pela percepção dos benefícios e avanços obtidos com o projeto.

Os projetos FISP produtivos geram renda e podem, sem maiores problemas, ser objeto de formação de fundos rotativos e solidários. Deste modo, podem contribuir para processos organizativos onde a entidade associativa e a própria comunidade, de forma proativa, se coloquem como protagonistas do desenvolvimento de sua comunidade / assentamento.

Um dos objetivos específicos dos projetos FISP sociais é o de promover a integração social dentro da comunidade / assentamento através do financiamento de infra-estrutura social e de lazer.

Questões-chave:

- O projeto reforça a organização da comunidade?
- O projeto estabelece e/ou reforça processos solidários, como fundo rotativo?
- O projeto viabiliza a comunidade acessar outros créditos?
- O projeto aumenta a auto-estima das famílias e a cooperação mútua entre elas?

- O projeto fortalece o protagonismo dos jovens e mulheres na vida produtiva, social e política da comunidade?
- O projeto leva às famílias a assumirem uma postura política mais autônoma e cidadã?

### **3.8) Orçamento**

O orçamento precisa refletir tanto a descrição técnica do projeto como as exigências especificadas na norma FISP. Mesmo refletindo todas as especificações técnicas do projeto, a coerência do orçamento só é comprovada se os valores usados forem compatíveis com os de mercado.

O orçamento geral é um resumo financeiro do projeto, ou seja, é a relação dos itens principais do projeto com seus custos totais. Nele devem estar especificados a contrapartida total da comunidade e o co-financiamento, caso haja.

A memória de cálculo é conjunto de orçamentos detalhados de cada item do orçamento geral com especificação de unidade, quantidade, valor unitário e valor total para cada subitem.

#### Questões-chave:

- Todos os recursos a serem aplicados estão quantificados?
- Qual o montante solicitado ao FISP ?
- A contrapartida atende a norma FISP?
- No caso de FISP social, qual o montante e fonte de co-financiamento?
- A memória de cálculo está clara?

## **4) DISPONIBILIDADE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

O montante de recursos disponíveis para aplicação no FISP é de US\$ 9,4 milhões, e de acordo com a Norma Operacional, será distribuído considerando-se os seguintes aspectos:

- 30% (trinta por cento) para o Programa de Investimentos Sociais.
- 70% (setenta por cento) para o Programa de Investimentos Produtivos, sendo que:
  - 50% (cinquenta por cento) dos recursos do Programa de Investimentos Produtivos serão aplicados em projetos de uso racional da água na irrigação, principalmente, voltados para a segurança alimentar.
  - 50% (cinquenta por cento) nos demais tipos de projetos de investimentos produtivos.

São reservados 20% (vinte por cento) dos financiamentos do Programa de Investimentos Produtivos para atender projetos exclusivos de grupos de mulheres.

Anualmente, serão verificados os percentuais estipulados na aplicação dos recursos do FISP.

As famílias atendidas pelo PDHC poderão ser beneficiadas com recursos do FISP, em projetos sociais e produtivos, sendo que:

Para fins de investimentos sociais – por família, recursos máximos na ordem de US\$ 200,00 (duzentos dólares americanos).

Para fins de investimentos produtivos – por família, recursos máximos na ordem de US\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta dólares americanos).

Cada entidade associativa, ao longo do tempo, poderá investir recursos do FISP para fins sociais até o montante máximo de US\$ 10.000,00 (dez mil dólares americanos).

O câmbio vigente para o FISP é atualmente de R\$ 3,00 / US\$ com gatilho de reajuste quando as oscilações mercado ultrapassarem 10% deste valor.

Cada família beneficiada poderá participar de diversos projetos sociais e produtivos que estiver interessada, desde que o somatório dos benefícios diretos, ao longo do tempo, seja compatível com o teto por família e por grupo (no FISP Social).

A mão-de-obra familiar será considerada como contrapartida, e, também, as famílias beneficiadas poderão oferecer outros tipos de contrapartidas que atendam aos seus interesses e aos critérios do PDHC.

Os projetos FISP deverão articular outros recursos do PDHC, principalmente os disponíveis nos programas de capacitação e organização, de produção e comercialização, e, de serviços financeiros.

As propostas de projetos FISP deverão ser priorizadas nos Planos de Ação das comunidades.

As atividades de priorização, elaboração, sistematização e apresentação de propostas para aprovação de projetos FISP deverão ser facilitadas e acompanhadas pelas PEDs, conforme o caso, e incluídas nos Contratos de Prestação de Serviços Técnicos.

## **5) CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

- Serão vetados os Projetos FISP em projetos e itens NÃO Financiáveis.
- Para Projetos FISP Sociais, o co-financiamento é obrigatório;
- Os Projetos FISP Sociais e Produtivos deverão contar com as contrapartidas das famílias beneficiadas, sendo:
- Para Projetos Sociais, no mínimo 10% do montante dos Recursos FISP investidos no projeto;
- Para Projetos Produtivos, no mínimo 20% do montante dos Recursos FISP investidos no projeto.
- Os Projetos FISP com fins sociais deverão beneficiar no mínimo 75% das famílias da comunidade.
- Deverão constar nos projetos as viabilidades econômica, técnica, social e ambiental.
- Os Projetos FISP não podem ser projeto individual;

- Projetos sociais de comunidades já beneficiadas podem apresentar projetos complementares.
- É obrigatório para elegibilidade dos Projetos FISP a documentação completa da comunidade, previstos no Capítulo V, Art. 26 da Norma Operacional FISP, e a lista das famílias beneficiadas.

## **6) CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO**

### **6.1) FISP social:**

- Terão prioridades as comunidades com menores quantidades de investimento realizados pelo PDHC e outras instituições;
- Os projetos coletivos em relação aos grupais;
- Menor montante R\$ Investido FISP/Família beneficiada;
- Maior contrapartida das famílias beneficiadas;
- Maior eficiência na gestão dos recursos financeiros;
- Melhor atendimento as questões de Gênero, Geração e Etnia;
- Melhor contribuição ao processo de construção e de comunicação dos conhecimentos em convivência com o semi-árido;
- Melhor integração ou promoção de políticas públicas municipais, estaduais e federais.
- Melhor garantia de manutenção ou multiplicação dos investimentos projetados;
- Maior benefício direto as mulheres, com economia de tempo dos trabalhos domésticos femininos;
- Melhor articulação em rede com os demais projetos sociais, de infra-estrutura ou de serviços básicos, voltados para as outras comunidades no território e na área de abrangência do PDHC.

### **6.2) FISP Produtivo**

- Terão prioridades as comunidades com menores quantidades de investimento realizados pelo PDHC e outras instituições;
- Os projetos coletivos em relação aos grupais;
- Menor montante R\$ Investido FISP/Família beneficiada;
- Maior contra partida das famílias beneficiadas;
- Maior eficiência na gestão dos recursos financeiros;
- Melhor atendimento as questões de Gênero, Geração e Etnia;
- Melhor contribuição ao processo de construção e de comunicação dos conhecimentos em convivência com o semi-árido;

- Melhor integração ou promoção de políticas públicas municipais, estaduais e federais.
- Maior prazo de maturação;
- Melhor uso integrado dos recursos hídricos e conservação de recursos naturais;
- Maior possibilidade de diversificação das atividades produtivas geradoras de renda;
- Maior capacidade de alavancar atividades produtivas com recursos próprios das famílias beneficiadas gerados no projeto.
- Melhor preparação das famílias beneficiadas para acessar outros fundos e serviços financeiros, inclusive, aqueles normais do mercado;
- Melhor integração com as atividades produtivas beneficiadas, da comunidade, do território e da área de abrangência do PDHC.

Para efeito de classificação dos projetos FISP Produtivo e Social em concorrência, a Comissão de Análise, emitirá nota de aferição do projeto, de acordo com metodologia a ser estabelecida pela UGP, que será igual ao somatório dos pontos obtidos em cada um dos critérios de priorização. Os projetos não elegíveis para o FISP, para todos os efeitos, considerar-se-á a nota igual a zero.

## **7.) TRAMITAÇÃO DE PROJETOS FISP**

A tramitação completa de Projetos FISP da elaboração a prestação de contas deve seguir as seguintes etapas:

**Etapa 1:** A PED e a Associação discutem e priorizam em assembléia os projetos a serem apresentados. A PED elabora o projeto FISP junto à Associação, reúne a documentação necessária e apresenta a ULS.

**Etapa 2:** A ULS avalia faz uma pré-análise do projeto e pode:

**2.1** Caso o projeto esteja completo o Supervisor Local encaminha o projeto para a Secretaria FISP (UGP);

**2.2** Caso seja necessário, o Supervisor local requisita alterações e/ou complementações a PED que deve retornar a ULS o arquivo modificado e/ou documentos complementares requisitados;

**Etapa 3:** A Secretaria FISP protocola o Projeto e comunica a ULS a chegada e prazos para conclusão da Análise do Projeto, a ULS deve repassar a informação para a PED e para a Associação proponente. Em seguida, a Secretaria FISP coloca o arquivo na pasta pública e encaminha via e-mail comunicação para os Programas e Assessoria de Gênero, de que o projeto está disponível para que se façam as considerações pertinentes.

**Etapa 4:** Os Programas e Assessoria de Gênero têm um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir do comunicado da Secretaria FISP para analisar o projeto. Em seguida, caso desejem, os Programas e Assessoria de Gênero enviam considerações sobre o projeto à Comissão FISP para que estas sejam consideradas na composição do parecer.

**Etapa 5:** A Comissão FISP após analisar o Projeto pode:

**5.1** Emitir parecer recomendando a contratação. Este parecer é encaminhado ao Diretor do Projeto Dom Helder Camara junto com o Projeto e documentação para apreciação;

**5.2** Emitir parecer requisitando alterações e/ou complementações que julguem pertinentes. Este parecer é encaminhado a ULS que o encaminhará para a PED e para a Associação proponente. A PED após fazer as modificações deve encaminhar o projeto a ULS retomando a tramitação na *Etapa 2*;

**5.3** Emitir parecer rejeitando o projeto caso identifique que a atividade não está coerente com os objetivos estratégicos do Projeto Dom Helder Camara e do FISP. O parecer segue para a ULS que se encarrega de comunicar a PED e a Associação proponente.

**Etapa 6:** O Diretor PDHC avalia o Projeto e o parecer, podendo:

**6.1** Solicitar a contratação do Projeto e encaminhar para a secretaria FISP;

**6.2** Solicitar revisão do parecer e encaminhar o Projeto para a Comissão FISP, retomando a tramitação na *Etapa 5*.

**Etapa 7:** A Secretaria FISP comunica a ULS a aprovação do projeto e prazos para conclusão da tramitação, bem como, requisita a abertura de conta corrente específica. A ULS deve repassar a informação para a PED e para a Associação proponente. Em seguida, a Secretaria FISP encaminha Extrato do Projeto, Parecer Técnico e documentação para o Setor Jurídico.

**Etapa 8:** O Setor Jurídico elabora o contrato e o envia para a Secretaria FISP.

**Etapa 9:** A Secretaria FISP encaminha o contrato para que o Diretor do PDHC.

**9.1** A Secretaria FISP pode solicitar revisão do contrato junto ao Setor Jurídico.

**Etapa 10:** O Diretor do PDHC assina ou solicita as alterações no contrato que achar pertinentes. Em caso de alterações no contrato, a tramitação é retomada na *Etapa 8*.

**Etapa 11:** A Secretaria FISP encaminha a PED e Associação o contrato para recolher assinaturas.

**Etapa 12:** A PED e Associação devolvem o contrato assinado para a Secretaria FISP.

**Etapa 13:** A Secretaria FISP encaminha contrato para o Setor Financeiro para a liberação de Recursos.

**Etapa 14.** O Setor financeiro do Projeto Dom Helder Camara libera os recursos em de forma parcelada ou em parcelas única, conforme especificado em contrato.

**Etapa 15.** A PED assessora a implantação do Projeto junto à Associação.

**Etapa 16.** A PED emite um relatório de conclusão do projeto que deve ser assinado pelo Supervisor local e pelo presidente da Associação beneficiada. O relatório e a prestação de contas deve ser encaminhado a ULS.

**Etapa 17.** A ULS após receber o relatório de conclusão pode:

**17.1** Solicitar modificações do relatório à PED.

**17.2** Encaminha o relatório ao Setor Financeiro.

## **8.) ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DA PLANILHA DE VIABILIDADE ECONÔMICA**

Um projeto produtivo deve ser rentável para ser financiado pelo FISP Produtivo. Para facilitar a análise da viabilidade econômica dos projetos a serem submetidos para apreciação do Projeto Dom Helder Camara, apresentamos a seguir planilhas-modelo para o uso das Parceiras de Execução Direta (PEDs) junto às associações das comunidades.

Estas planilhas servirão de apoio para a análise dos projetos FISP. O uso destas planilhas é opcional, porém, o adequado preenchimento agiliza o processo de análise e contratação. A instituição proponente junto com sua parceira podem optar por usar outros recursos de análise da viabilidade econômica, neste caso, esta planilha modelo exibe os critérios que serão observados na avaliação e análise dos projetos.

As planilhas devem ser preenchidas apenas nos “campos de preenchimento” (ver planilha) e os resultados serão automaticamente computados. Foram feitas três planilhas para as diferentes situações de empreendimentos com respectivos exemplos de preenchimento.

A planilha “*empresarial*” refere-se a empreendimentos formais, com personalidade jurídica, tais como mini-agroindústrias, microempresas processadoras e comercializadoras. Nesta planilha estão previstos o pagamento dos impostos pertinentes, a remuneração pessoal e respectivos encargos.

A planilha “*informal*” refere-se a empreendimentos informais e é quase idêntica a “empresarial”, a única diferença é que não são debitados os impostos. Em muitos casos a informalidade é aceitável devido ao pequeno porte do empreendimento, que teria dificuldades para suportar carga tributária, tipo a comercialização através de bancas orgânicas nas feiras municipais.

A planilha de “*renda compartilhada*” se aplica aos casos informais onde todo o lucro é dividido integralmente entre os participantes. Neste caso não se considera ter salários e a planilha serve para verificar se a remuneração por família é suficiente e adequada.

Nos casos onde o projeto é para um grupo, mas a gestão dos recursos é familiar, a análise da viabilidade deve ser feita para um dos beneficiados. Por exemplo, um projeto de plantio de 27 bancos de proteína para 27 associados, cada associado recebe um, e a análise da viabilidade pode ser feita para apenas uma família, servindo como referencial para as demais. Cada família pode gerir os recursos da maneira que desejar, desde que coerentemente com aquilo proposto no projeto apresentado. Desta forma, esta análise “individual” serve como “estudo de caso”, um exemplo de como se espera que sejam geridos os recursos e as características financeiras envolvidas. Para este tipo de empreendimento se aplica a planilha “*Informal*”, desta vez os dados de entrada correspondem a apenas uma família.

Cada planilha contém quatro quadros que devem ser preenchidos: Quadro de investimentos; Quadro de receitas anuais; Quadro de despesas anuais; Quadro de análise de viabilidade econômica.

No quadro de investimentos, devem-se preencher os itens: construções, máquinas, móveis e diversos. Todos estes itens devem conter a descrição, quantidade, unidade e preço unitário. O cálculo do preço total e a soma dos subtotais são automáticos. A vida útil dos bens de capital usada para estas planilhas foi padronizada com base em HOFFMANN et al (1987)<sup>3</sup>, sendo de 50 anos para construções, 30 anos para máquinas e 10 anos para outros itens. O cálculo da depreciação considera ainda um valor residual de 5%.

No quadro de receitas, devem-se preencher os itens comercializados, quantidades vendidas por ano e preços unitários máximos e mínimos para cada produto. A utilização dos preços máximos e mínimos resulta em uma análise do comportamento financeiro para uma “faixa de operação”, onde se espera que funcione o empreendimento. O total das receitas obtidas com os preços máximos é considerada como a receita em cenário otimista, e o obtido com os preços mínimos como a receita em cenário pessimista. A receita otimista é a máxima do empreendimento e a pessimista é a mínima, desde que se mantenha o uso de toda a capacidade operacional.

O quadro de despesas está dividido em custos de produção, custos de comercialização, custos de administração e custos tributários.

Os custos produtivos são de matéria prima, de material de consumo, remuneração pessoal, encargos, depreciação, manutenção e outros (3%). A matéria prima só deve ser preenchida se o empreendimento for do setor secundário (Ex: mini-agroindústria de castanha ou uma casa de mel que compra o mel dos produtores), se o empreendimento for do setor primário (Ex. um pomar de caju ou um apiário) este campo deve ser ignorado. O item material de consumo corresponde aos insumos, embalagens e outros. A remuneração pessoal líquida deve ser inserida e os encargos são automaticamente calculados. A depreciação já está calculada no quadro de investimentos e a manutenção é 1% dos investimentos ao ano, ambos são automaticamente calculados. Outros custos produtivos são considerados como 3% do total, calculados separadamente para os custos fixos e para os custos variáveis (este cálculo também é automático não necessitando de preenchimento).

Na planilha de Renda compartilhada, o item “Salários” deve conter apenas os salários e/ou pagamento das pessoas que não participem da divisão dos lucros. Caso não existam serviços externos ao grupo beneficiário este item, para este caso, não deve ser preenchido.

Os custos de comercialização são referentes a fretes, combustível, e outros. Os custos de administração são referentes a materiais de escritório, energia elétrica e outros gastos administrativos.

Os custos tributários devem ser inseridos, caso o empreendimento seja formal, com personalidade jurídica. Os valores devem estar coerentes com a legislação vigente e de acordo com a atividade proposta.

O quadro de viabilidade econômica traz os resultados das planilhas anteriores e alguns indicadores de desempenho do empreendimento. Entre os indicadores estão: Lucro

---

<sup>3</sup> HOFFMANN, R.; SERRANO, O.; NEVES, E. M.; THAME, A. C. de M.; ENGLER, J. J. de C. – **Administração da Empresa Agrícola** – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – USP. São Paulo: 5 ed. Pioneira, 1987. 325p.

líquido; relação benefício / custo; ponto de equilíbrio em unidade de produção e em % da capacidade produtiva.

O lucro líquido deve ser positivo no cenário otimista e no pessimista para apresentar viabilidade econômica. O lucro líquido negativo em cenário pessimista indica caso o produto não seja vendido nos melhores preços o negócio vai a falência. No caso da renda compartilhada todo o lucro é dividido entre os participantes.

O ponto de equilíbrio pode ser expresso em unidades de produção (kg, toneladas, litros, etc) ou em % da capacidade produtiva. Este parâmetro indica o ponto da produção onde se equilibram as receitas e as despesas. Este parâmetro deve estar abaixo de 100% e quanto mais próximo de 0 melhor. Para tanto é imprescindível que no quadro de receitas todos os produtos sejam expressos na mesma unidade de produção. Para o valor do ponto de equilíbrio ser válido, as simulações das receitas e despesas devem ser realizadas para toda a capacidade produtiva.

#### ATENÇÃO:

1. A responsabilidade dos dados de entrada da planilha é exclusiva do projetista e estes serão rigorosamente conferidos a partir de bancos de dados e outras fontes no momento da análise do projeto.
2. Os exemplos fornecidos são figurativos e servem apenas como modelo de preenchimento.

### **9.) ELEMENTOS TÉCNICOS ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS FISP PRODUTIVOS**

Na elaboração do projeto FISP diversas questões técnicas necessitam ser abordadas para que o mesmo apresente viabilidade técnica. Algumas são comuns a todos os projetos e outras são específicas da atividade. Estas questões são observadas no momento da análise e, portanto devem ser consideradas no momento da elaboração. Nos sub-itens a seguir são apresentados alguns exemplos de atividades produtivas e respectivos aspectos técnicos básicos que devem ser considerados nos projetos.

#### **9.1) Apicultura:**

- Apicultura orgânica ou convencional?
- Que subprodutos pretende explorar a curto e médio prazo? Mel, própolis, geléia real, cera, etc.
- Existe pasto apícola nas redondezas que dê suporte ao apiário?
- O projeto pretende manter uma área de preservação ambiental ou reflorestar / plantar pasto apícola?
- Existem outros apiários na redondeza?

- Será necessário o uso de alimentadores? O que será usado para esta alimentação artificial?
- O nº de colméias está bem dimensionado para as condições locais?
- Que tipo de colméias está sendo proposto?
- Como se dará à extração do mel e/ou outros subprodutos?
- Quais as épocas de colheita?
- Qual a produtividade esperada por colméia?
- A infra-estrutura existente e/ou projetada está bem dimensionada

### **9.2) Criações (mamíferos de pequeno porte):**

- O sistema é orgânico ou convencional?
- O sistema é confinado, semiconfinado ou extensivo?
- Pretende-se explorar o ciclo produtivo completo, ou apenas parte dele?
- Vai ser usada ração e/ou complementos alimentares?
- Existe forragem suficiente para a atividade?
- Qual a estratégia para os períodos de seca com baixa produção de forragens? Silagem, fenação, palma, etc.
- Quais os principais problemas sanitários a serem enfrentados? Que manejo sanitário se pretende aplicar?
- Que subprodutos pretende explorar e como?
- A infra-estrutura existente e/ou projetada está bem dimensionada?

### **9.3) Hortas, Pomares e culturas de sequeiro:**

- O manejo do sistema é orgânico ou convencional?
- Que práticas fundamentam este manejo? Consórcios, rotação de culturas, cobertura morta, adubação verde, adubação orgânica, fungicidas e inseticidas naturais, etc.
- Qual o relevo da área? Plano, suave ondulado, ondulado, acidentado.
- Qual a situação no relevo? Baixio, encosta, chã.
- O pomar / horta / campo é diversificado?
- As culturas estão direcionadas para o mercado alvo?
- Tem sistema de irrigação?
- Serão produzidos insumos na propriedade?

- Como serão produzidos os fertilizantes? Composto, fermentados, húmus, biofertilizantes, etc.
- Como serão produzidos os inseticidas e fungicidas naturais? Calda bordaleza, neem, extrato de nicotina, etc.
- Qual a área plantada com cada espécie e qual a produtividade esperada?
- No caso específico das Hortas foi pensado o escalonamento da produção? (Produzir de acordo com a sazonalidade de preços). Como está sendo pensado o manejo da sementeira?

#### **9.4) Irrigação:**

- Qual a fonte da água a ser utilizada?
- Se for poço, qual a sua vazão? Qual a época e que foi determinada esta vazão? Qual o nível estático?
- O croqui contém todas as medidas? Comprimento das tubulações, localização do ponto de recalque, espaçamento entre mangueiras, micro-aspersores, gotejadores, etc.
- As tubulações foram bem dimensionadas para a vazão proposta?
- O dimensionamento da bomba foi realizado considerando-se a altura manométrica total? (de sucção, de recalque, perdas de carga e pressão de serviço)
- Se a bomba já existe quais suas características? O sistema foi bem dimensionado a partir dela?
- O sistema proposto é adequado para o semi-árido?
- Está sendo utilizado algum procedimento de redução da evapotranspiração? Irrigação no final da tarde para noite, uso de cobertura morta ou outra forma de mulching.
- Qual o turno de rega?
- Qual a lâmina a ser aplicada e quais os parâmetros de cálculo? Método climático ou edáfico.
- Qual a qualidade da água? Salinidade e sodicidade.
- Qual a intensidade de aplicação?
- Qual o tipo de solo? Qual a profundidade do solo? Qual a declividade? Necessita drenagem?
- O sistema é setorizado? Qual a vazão de cada setor? Quantos setores vão operar ao mesmo tempo? A vazão de projeto é inferior a da fonte hídrica?
- Foram projetados cavaletes de controle de pressão?
- Qual a jornada de trabalho?
- Qual a fonte energética a ser utilizada? Qual a distância para ponto de bombeamento?
- A lista de materiais está completa?

### 9.5) Mini agroindústria:

- O croqui está adequado ao fluxograma de produção?
- Estão sendo considerados no croqui todas as medidas e dimensões?
- Cadeia produtiva está estruturada? As matérias primas necessárias estão facilmente disponíveis?
- Está próximo ao mercado alvo?
- Está sendo pensada alguma estratégia de diferenciação do produto?
- A mini indústria usa lenha ou gás para fogões?
- Qual o destino dos resíduos?

### 9.6) Galinha caipira:

A matriz tecnológica normalmente usada para projetos de galinha caipira se baseia em propostas ainda não consolidadas e inapropriadas à agricultura familiar do semi-árido brasileiro. Experiências deste tipo têm em médio prazo fracassado, pelos seguintes motivos:

- As propostas de criação implicam em uma forte dependência do/a agricultor/a em insumos externos (a exemplo dos medicamentos e ração) e matéria prima, como a própria ave;
- A substituição das raças locais por uma linhagem híbrida (label rouge e/ou outras) é uma estratégia de alto risco para o agricultor familiar, pois incrementa a erosão genética de tipos locais de galinhas altamente adaptadas às condições de alimentação e a semi-aridez, obtidos a partir centenas de anos de seleção natural e pela própria seleção feita pelas mulheres. Dessa forma, a introdução de linhagens não tem apresentado vantagens comparativas em médio prazo para o/a agricultura familiar.
- Entre outras desvantagens, podemos citar o fato destas linhagens não chocarem e também perderem o vigor híbrido logo na primeira filiação, ou seja, a filiação não tem a mesma capacidade reprodutiva dos pais, e assim não servem para a reprodução na unidade familiar; Além desse fato, são aves extremamente dependentes de nutrição balanceada e medicamentos.

Devido a estes fatores, recomenda-se que não sejam apresentados os projetos FISP de galinha caipira. Uma alternativa a ser estudada é a implantação de Unidades Demonstrativas. O projeto de UD deve ser discutido com o Programa de Desenvolvimento Produtivo e Comercialização para afinamento do modelo técnico, que deve considerar questões como:

- Discussão participativa sobre a proposta técnica, gestão e metodologia de experimentação, considerando o caráter educativo da unidade demonstrativa;
- Dimensionamento do sistema em pequena escala de produção, uma vez que o projeto passa a ser demonstrativo;

- Uso das raças caipiras locais, fazendo-se a seleção das aves mais resistentes / produtivas;
- Fomento a produção de insumos (ração / medicamentos) alternativos na própria comunidade;
- Estímulo ao uso de metodologias de pesquisa participativa e experimentação em pequena escala;
- Organização dos agricultores para produção e acesso a mercados, de forma a fortalecer as estratégias em curso no território.

## **10.) CALENDÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROJETOS FISP**

O calendário agrícola estabelecido abaixo fixa os períodos onde devem ser apresentados os Projetos FISP. Este calendário tem dois objetivos básicos: o primeiro é fixar limites de prazo para que os projetos dependentes de chuva tramitem em um prazo suficientemente largo, possibilitando a sua implantação no inverno do ano vigente; o segundo objetivo é o de colocar os projetos que não são dependentes de inverno em épocas onde o volume de projetos em tramitação não sobrecarregue a capacidade operacional da UGP.

Entretanto vale salientar que deve ser feito um esforço para que o projeto seja apresentado a ULS assim que esteja pronto, mesmo fora da época prevista no calendário, para que a mesma possa fazer suas considerações e observações antes da apresentação a UGP.

Os primeiros projetos apresentados serão também os primeiros a serem liberados, com exceção dos que não apresentarem condições de aprovação, ou a entidade associativa não estiver com situação jurídica / financeira regularizada. Outra situação possível é a ocorrência de épocas onde haja restrição de recursos financeiros da UGP, onde serão usados os critérios de priorização para ordenar a contratação.

### **CALENDÁRIO AGRÍCOLA FISP**

PRODUTOS	JAN.	FER.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
OVINOCULTURA												
CAPRINOCULTURA												
ARTESANATO												
HORTAS												
PSICULTURA												
CONSTRUÇÃO DE CERCA												
BARRAGEM SUBTERRÂNEA												
TANQUE DE PEDRAS												
MANEJO DA CAATINGA												
CISTERNA DE TELHADO												
CISTERNA CALÇADÃO												
APICULTURA												
PRODUÇÃO DE FORRAGENS(SEQUEIRO)												
CULTURAS DE SEQUEIRO EM GERAL												
SILO PARA FORRAGENS/SILAGEM												
BANCO DE SEMENTES												
FENAÇÃO												
CONSTRUÇÕES DE INSTALAÇÕES(APRISCO,BAIA P/SUINO,BALPAO E ETC.)												

## **11.) ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS NARRATIVO E FINANCEIRO DOS PROJETOS FISP**

Os relatórios narrativo e financeiro parciais de projeto FISP deverão ser realizados a cada 6 meses, contando-se a partir da data de liberação da primeira parcela do contrato com o PDHC. O relatório final (narrativo e financeiro) deve ser apresentado ao PDHC até 30 dias após o prazo de encerramento do contrato.

O relatório narrativo deve ser fruto da percepção e opinião majoritária das famílias envolvidas no projeto. Portanto, deve ser elaborado com as famílias e não por elas. Nesse sentido, os técnicos das PEDs atuarão como facilitadores e sistematizadores do processo de elaboração. A idéia é que a elaboração do relatório seja, sobretudo, um momento de aprendizado do grupo diretamente envolvido com o projeto FISP, e quando possível da própria comunidade como um todo.

Este aprendizado se dá na medida em que o grupo relembra e registra as atividades realizadas e tenta fazer um “retrato” físico, funcional e organizativo do projeto FISP no momento da elaboração do relatório. Faz uma avaliação sobre a eficiência do modelo de gestão do projeto, identificando, por um lado, as fragilidades e as medidas de correção e, por outro, valorizando os aspectos positivos do modelo de gestão. Avalia-se as estratégias de produção e acesso ao mercado, identificando-se as limitações e medidas de superação. Deve-se fazer uma reflexão sobre os avanços proporcionados pelo projeto na vida das famílias envolvidas em relação às dimensões social, econômica e ambiental, dando-se ênfase à dimensão social quando se trata de um FISP SOCIAL e às dimensões econômica e ambiental no projeto FISP PRODUTIVO. No caso de um relatório final, é importante que os impactos social, econômico e ambiental sejam bem mensurados, discutidos e apresentados no relatório.

A elaboração coletiva do relatório pode ser realizada através de oficinas ou de reuniões com os integrantes do grupo. A sistematização do relatório, realizada pelos técnicos da parceria, ou por uma comissão formada pelos técnicos da parceria e membros do grupo, deve ser posteriormente socializada com o grupo e/ou comunidade, de forma a proporcionar um momento mais amplo de aprendizado e avaliação do projeto.

O relatório financeiro deve ser encarado também como um momento de aprendizado e acontecer de forma simultânea e integrada ao processo descrito para o relatório narrativo. Pode ser trabalhado por uma comissão de responsáveis diretos pelas finanças do projeto e depois socializado e debatido com todo o grupo/comunidade.

O roteiro do relatório narrativo do Projeto FISP deve seguir a estrutura abaixo:

1) Dados de identificação do projeto (Nº de identificação do projeto, território, município, nome da Comunidade/assentamento e da associação, Nº famílias envolvidas diretamente, período do contrato, valor financiado pelo PDHC, contrapartida, cofinanciamento, organização de assessoria técnica, período do relatório).

- 2) Atividades desenvolvidas no período (lista das principais atividades nas dimensão da organização social – especialmente projeto FISP SOCIAL – e nos campos da gestão, produção, comercialização e da capacitação);
- 3) Descrição física e funcional do projeto (como o projeto está estruturado/desenhado nos seus aspectos de organização social – com ênfase no FISP SOCIAL - , gestão para a produção e comercialização, estruturação física para a produção e comercialização ?);
- 4) Avaliação das práticas/ técnicas de produção e estratégias de ocupação de mercado (as técnicas e praticas de produção se mostram adequadas ao ambiente, ao mercado e as condições das famílias?, há necessidade de readequações das mesmas? a organização do grupo garante uma boa gestão do projeto? O modelo de gestão é suficiente para atender ao desafio do projeto? a estratégia de ocupação do mercado está no rumo certo ou precisa de correções?)
- 5) Impactos (há alguma influência positiva na vida das pessoas – auto-estima, renda, alimentação, água, etc? mudança positiva de comportamento? há benefícios ambientais? );
- 6) Participação das mulheres e jovens (em que medida o projeto fortalece a autonomia das mulheres e jovens dentro da comunidade?)
- 7) Efeito demonstrativo do projeto (há algum efeito multiplicador da proposta do projeto dentro o território?)
- 8) Registro Fotográfico.

O roteiro do relatório financeiro do Projeto FISP deve seguir a estrutura abaixo:

- 1) Dados de identificação do projeto (Nº de identificação do projeto, território, município, nome da Comunidade/assentamento e da associação, Nº famílias envolvidas diretamente, período do contrato, valor financiado pelo PDHC, contrapartida, cofinanciamento, organização de assessoria técnica, período do relatório).
- 2) Planilha de caixa contendo Valores das entradas e saídas, Data da operação, descrição da operação com nº do cheque e nº da nota fiscal.
- 3) Planilha de conciliação bancária contendo nº da conta, período, números dos cheques emitidos, depósitos, e saldo real.
- 4) Planilha de posição financeira (balancete) contendo, nome da entidade, período, saldo anterior, transferências recebidas, valor acumulado e composição (saldo da conciliação bancária, valor transferido para caixa pequena, eventuais adiantamentos, despesas efetuadas e pedidos de realimentação de conta cujas transferências não tenham sido efetuadas pela UGP).

## **12) ANEXOS**

## **ANEXO 1- ROTEIRO COMENTADO PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO FISP PRODUTIVO**

### **1) Breve descrição do contexto em que está inserida a proposta**

Este item deve conter os dados básicos da comunidade tais como localização, Área total, Nº de famílias, estruturação geral do assentamento, etc. Deve caracterizar um breve histórico e situação atual da Organização social com principais conquistas, problemas enfrentados e soluções. Em seguida deve conter uma caracterização geral da ocupação produtiva / sistemas de produção presentes no assentamento / comunidade.

O Caminho percorrido até a proposição do Projeto FISP deve ser descrito, bem como, e em que medida ele se relaciona com o sistema produtivo e a organização social do assentamento ou comunidade.

#### **Breve exemplo de descrição do contexto**

O projeto de Assentamento Palheiros III está situado à direita da BR 304, no município de Upanema, distando 33 Km da sede deste município e a 42 Km da sede de Mossoró. Inicialmente foram assentadas 142 famílias, mas, atualmente já se conta com mais 30 famílias agregadas, numa área de 10.800 ha.

O Assentamento dispõe de uma casa sede, onde funciona a escola de Ensino fundamental I e educação de jovens e adultos, atendendo a 130 alunos nos turnos matutino, vespertino e noturno. Para atender aos alunos das séries seguintes, do ensino fundamental II e Ensino médio, a Prefeitura dispõe um ônibus para o deslocamento de 150 adolescentes e jovens para a cidade de Mossoró e Upanema, proporcionando a formação dos mesmos. O Assentamento dispõe, ainda, de duas igrejas evangélicas (Assembléia de Deus), uma quadra de esporte coberta e um campo de futebol de terra batida.

Para a elaboração deste projeto, o assentamento Palheiros III contou com o apoio do PDHC e da Cooperativa Terra Livre. Na verdade, o processo de elaboração começou antes mesmo da recuperação do poço pela PETROBRAS e da proposta de elaboração deste projeto de irrigação, haja vista que antes disso a Cooperativa Terra Livre já estava desenvolvendo um trabalho com os jovens e mulheres na perspectiva da organização da produção voltada para projetos produtivos, sobretudo, com apicultura e galinha caipira.

O aprofundamento e materialização dessa proposta de projeto, no entanto, deu-se em dois momentos: primeiro, na realização de uma visita de intercâmbio de 13 membros do assentamento a duas experiências de produção irrigada, uma horta orgânica de um grupo de mulheres em Caraúbas e um plantio de melancia e manga orgânica no município de Apodi. O objetivo dessas visitas foi de ampliar o conhecimento das famílias sobre o tema e assim torná-las mais capazes para a formulação de propostas produtivas e de gestão do projeto e para a tomada de decisões relacionadas ao projeto. O segundo passo foi a socialização das informações com outros assentados durante uma oficina e posterior discussão sobre a proposta do projeto.

Em seguida, foram levantadas as informações da área (solo, água, vazão do poço, topografia, perímetros, vegetação, etc) onde será implantado o projeto de irrigação, bem como, outras informações complementares.

A elaboração técnica do projeto, portanto, baseou-se nas definições da oficina citada acima. O projeto técnico de irrigação foi elaborado por dois Engenheiros Agrônomos, um especialista em irrigação e outro especialista em solos.

Por fim, o Projeto foi levado à comunidade para aprofundamento de toda a sua proposta com o máximo de membros da associação. Neste momento foram esclarecidas todas as dúvidas que pudessem ter sobre o formato da proposta, o conteúdo, os possíveis financiadores e as formas de participação. A proposta foi aprovada em assembléia geral da associação em 15 de novembro de 2003, quase por unanimidade, 44 votos a favor e 2 contra. O entusiasmo e a ansiedade da comunidade em ver este projeto instalado são bastante nítidos e, bem observados durante a assembléia que o aprovou.

Após a aprovação foram abertas as inscrições (com encerramento previsto num prazo de uma semana após a data da assembléia) para que as famílias que desejavam participar encolhessem a modalidade de participação: *Familiar* ou *coletiva*<sup>1</sup>. 73 famílias se inscreveram, 46 no modo de *gestão coletiva* e 27 no *familiar*, a lista dos participantes está em anexo.

## 2) O problema ou oportunidade que justifica a proposta

Este item consiste em uma explicação (e descrição) do problema ou da potencialidade que se pretende enfrentar à luz da compreensão das famílias envolvidas e da organização parceira. Este item deve conter uma descrição e que características específicas do contexto local justificam o projeto.

<b>Breve exemplo dos problemas e potencialidades</b>
<p><b>O exemplo refere a uma potencialidade.</b></p> <p>É a partir de uma nova visão de responsabilidade social que se insere este projeto produtivo dirigido ao Assentamento Palheiros III, no município de Upanema, RN. Nesta área, a PETROBRAS reativou um poço com vazão aproximada da bomba de 33 m<sup>3</sup>/h, o qual está disponível para irrigar uma área de 12,62 ha.</p> <p>A proposta deste projeto, portanto, busca viabilizar a implantação de um sistema produtivo que consiste basicamente no plantio irrigado integrado de espécies frutícolas, olerícolas, mamona e forragem, e paralelamente, a criação de abelhas. Este sistema foi concebido para ser diversificado e integrado com manejo orgânico. A produção diversificada visa atender prioritariamente as demandas do mercado local.</p> <p>Todas as famílias assentadas serão beneficiadas, uma parte se juntará a um grupo com <i>gestão coletiva</i> outra terá o benefício gerido de forma <i>familiar</i> de acordo com a vocação e predisposição de cada um.</p> <p>Essa parceria é fruto de uma nova política que o atual governo está implementando, ou seja, uma convergência de capacidades para reduzir a fome em nosso país e inserir as populações carentes de forma mais digna nos mercados.</p>

## 3) Objetivo

Este item deve conter a descrição clara dos objetivos, evitando-se a perda de foco do objetivo principal que a comunidade deseja alcançar especificamente com o desenvolvimento do projeto. O objetivo deve expressar o compromisso da comunidade com uma prioridade selecionada e trabalhada no âmbito do projeto.

<b>Breve exemplo dos objetivos</b>
<p>O <u>objetivo geral</u> deste projeto é:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Implantar um sistema de produção agrícola irrigado que viabilize de forma sustentável o incremento dos níveis de renda, segurança alimentar e qualidade de vida no assentamento de Palheiros III – RN, de modo a servir como um referencial de uso produtivo de água de poços artesanais da região do Apodi-RN.</li></ul> <p>Para este projeto, foram definidos os seguintes <u>objetivos específicos</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ Criar no assentamento uma oportunidade permanente e concreta de geração de renda e alimentos para as famílias membros da associação que estejam em dia com suas obrigações;</li><li>▪ Reforçar as oportunidades para as mulheres e jovens, membros da associação, de acesso à renda e aprendizado de novas competências de trabalho produtivo e acesso ao mercado.</li></ul>

## 5) Descrição do funcionamento da proposta técnica

Neste item a proposta técnica deve ser detalhada nos seus aspectos físicos e de manejo / operação. (é basicamente desse item que se forma o orçamento)

## Breve exemplo de descrição técnica

### Concepção do sistema produtivo

A proposta elaborada neste projeto se baseia em princípios agroecológicos e em processos produtivos que reforcem a sustentabilidade ambiental, social e econômica do projeto.

Os cultivos e criações são planejados visando, por um lado, a atender a demanda do mercado local (feiras livres de Mossoró, Upanema e Campo Grande e a merenda escolar de Upanema) em escala, frequência, diversidade e qualidade de produtos e, por outro lado, a uma biodiversidade na área que reforce as possibilidades de equilíbrio do sistema..

Isso significa que a área de 12,62 ha irrigados será dividida em várias parcelas complementares e interligadas entre si, nas quais serão produzidos diversos tipos de frutas, verduras, mamona, forragens, e pasto apícola. Dessa forma, integrado ao sistema de produção irrigada serão mantidos dois apiários com 50 colméias cada.

### Os sub-sistemas produtivos e suas inter-relações

Todos os sistemas aqui trabalhados estão fortemente embasados em técnicas agroecológicas. A agroecologia é frequentemente entendida como a agricultura que não faz uso de produtos químicos, porém o seu conceito é muito mais amplo. Esta prática é baseada em métodos alternativos de cultivos. Estes métodos são modernos, porém o objetivo principal não é a exploração econômica imediatista e inconseqüente, mas sim a exploração econômica em longo prazo, mantendo o ecossistema estável e sustentável. Leis e princípios ecológicos e de conservação dos recursos naturais constituem assim parte integrante destes métodos. Neles as questões sociais são prioritárias, procurando-se preservar métodos tradicionais agrícolas apropriados, ou aperfeiçoá-los.

No sistema proposto através deste projeto, vários resíduos são reintegrados ao solo: esterco, restos de verduras, folhas, etc., são devolvidos aos canteiros para que sejam decompostos e transformados em nutrientes para as plantas.

A rotação de culturas é utilizada como forma de preservar a fertilidade do solo e o equilíbrio de nutrientes. Contribui também para o controle de pragas, pois o cultivo das mesmas culturas nas mesmas áreas poderia resultar no aparecimento de doenças e infestações. As monoculturas são evitadas. A diversidade é fator que traz estabilidade ao agroecossistema, pois implica no aumento de espécies e na interação entre os diversos organismos. Para realizar a rotação de culturas e a adubação verde será utilizado um “coquetel de sementes” de crotalaria juncea, feijão de porco, feijão guandu, milho, feijão macassar, e outros.

Conservando o solo fértil, a agroecologia fortalece a fixação da família à comunidade rural à qual pertence. Estimulando assim, portanto, a geração de emprego e o desenvolvimento local sustentável.

A apicultura não é vista aqui apenas como uma atividade econômica, mas também como prática estratégica para viabilizar e estimular a preservação da caatinga e das plantas herbáceas nativas nas áreas irrigadas.

### **Sub-sistema 1 - Olericultura**

A horta orgânica terá uma área de 2,74 ha e terá como seu principal objetivo atender o mercado local de hortaliças. Para as hortaliças que não são de semeadura direta será construída uma sementeira de 200 m<sup>2</sup>, situada ao lado do plantio.

A diversidade de espécies é essencial para o equilíbrio agroecológico da horta orgânica. Diferentes espécies convivem em harmonia, cada qual explorando o solo e se nutrindo ao seu modo. As hortaliças que vão ser plantadas serão: Tomate; Pimentão; Abobrinha; Pepino; Coentro; Cebolinha; Abóbora; Acelga; Alface americana; Alface Crespa; Alface Lisa; Alho; Batata; Batata Doce; Berinjela; Beterraba; Brócolis; Espinafre; Cenoura; Beterraba; Alface; Repolho; e outros mais.

O cultivo consorciado contribui para a otimização do uso dos canteiros, para o equilíbrio ambiental e para o controle da erosão, pois mantém o solo coberto. Muitas espécies podem ser associadas entre si, pois se favorecem mutuamente. Como por exemplo: Espécies que produzem muita sombra podem ser associadas àquelas que gostam de sombra; Espécies de raízes profundas com raízes superficiais; Espécies com folhagens ralas podem ser plantadas junto àquelas mais volumosas.

As sobras desse sub-sistema serão utilizadas na alimentação animal e compostagem, bem como, buscar-se-á deixar o máximo da florada das ervas nativas que aproveitam a sobra de umidade das hortas objetivando alimentar as abelhas, sobretudo, nos períodos de escassez de floradas na caatinga.

Os insumos alternativos usados para a olericultura serão os mesmos que os usados para a fruticultura, entre eles estão o húmus de minhoca, o composto orgânico, o biofertilizante, os fungicidas e inseticidas alternativos de preparo artesanal. Esta proposta consiste basicamente na produção *in loco* do máximo de insumos necessários à adequada nutrição e controle de pragas e doenças.

*Húmus de minhoca* – Próximo à área da horta será instalado um minhocário para produção de húmus de minhoca a partir da vermicompostagem de esterco bovino. O húmus de minhoca foi escolhido por possuir alta capacidade de trocas catiônicas (CTC), ser rico em micro e macro elementos, possuir baixo custo, granulometria excelente e por ser ecologicamente correto.

*Composto Orgânico* – A compostagem será realizada junto à área produtiva de forma a facilitar a distribuição do composto nos cultivos. A compostagem é uma técnica que facilita o manejo do esterco, reduz o volume de material, a perda de Nitrogênio e outros nutrientes após a aplicação; elimina sementes de ervas daninhas, insetos; conserva o esterco até que a aplicação seja necessária.

*Biofertilizante* – O Super-Magro foi escolhido por se tratar de um produto amplamente utilizado e que tem demonstrado alta eficiência. Este produto, de fabricação caseira, leva como base o melaço de cana, matéria orgânica como o esterco de gado, leite, raiz de mandioca, todos juntos e mais nove sais minerais macronutrientes secundários e micronutrientes, todos submetidos à fermentação aeróbica.

*Fungicidas e inseticidas caseiros* - Para lidar com as pragas e doenças que eventualmente ocorrem, mesmo em cultivos orgânicos, vários insumos podem ser produzidos de maneira artesanal, tais como: Calda Bordalesa; Extrato de pimenta-do-reino, alho e sabão; Extrato de NIM, etc.

**Sub-sistema 2 – Fruticultura ...**

**Sub-sistema 3 – Mamona ...**

**Sub-sistema 4 – Apicultura ...**

**Sub-sistema 5 –Áreas de produção de forragens...**

**Sub-sistema 6 – Área familiar para a produção de alimentos ...**

**Concepção técnica do projeto de irrigação ....**

**Recomendações para o manejo da irrigação ...**

## 6) Processo de Gestão

Este item deve conter o nº de famílias que irão participar do experimento, bem como, a descrição de como as famílias estão organizadas para operacionalizar o projeto FISP, inclusive a relação do grupo de pesquisa com a associação /comunidade.

Entre outros aspectos, é preciso explicar a divisão de tarefas e responsabilidades, acordos internos quanto ao local de implantação do projeto FISP e investimentos adicionais necessários à implantação e manutenção do projeto FISP.

Quais os critérios de socialização dos benefícios gerados pelo projeto FISP, bem como, critérios para participação ou exclusão do grupo.

Neste item deve estar bem descritos a quantidade de mulheres e jovens participantes do projeto, suas funções e responsabilidades.

Caso tenha sido gerado um regimento, ou pré-regimento do funcionamento do grupo este deve estar em anexo.

### Breve exemplo

Existem duas formas de participação no projeto: a primeira é em um *processo de gestão coletiva*, no qual todos trabalharão em conjunto; a segunda será de forma *familiar*, para os que optaram por não trabalhar em grupo.

*Gestão coletiva:*

A decisão é que tudo que for adquirido e proporcionado pelo grupo de *gestão coletiva* pertencerá à associação. As famílias que se envolverem com este grupo apenas terão direito à remuneração do seu trabalho, de acordo com o tempo trabalhado e a renda líquida gerada pelo projeto.

Nesse modelo, toda a renda gerada com a produção é exclusivamente revertida para garantir à continuidade do projeto e a remuneração daqueles que se envolveram com o processo produtivo. Ninguém é dono de nada, cada família tem a

oportunidade de participar com o seu trabalho, seguindo critérios de participação determinados por um regimento a ser construído pela associação para o gerenciamento do projeto.

O *grupo de gestão coletiva* será formado por um total de 46 famílias. Consistirá num sistema de criação de abelhas (com 100 colméias) integrado à produção de frutas e hortaliças orgânicas e mamona, numa área irrigada total de 11ha aliada à infraestrutura necessária para o beneficiamento e comercialização no mercado externo (mel) e, sobretudo, no mercado local (feiras orgânicas municipais). As famílias que optaram pela participação no *processo de gestão coletiva* deverão assumir responsabilidades e serviços em um dos grupos de trabalho (grupo de apicultura, manejo da horta, comercialização e outros) de acordo com normas e condições pré-estabelecidas de trabalho e remuneração.

#### **Detalhes do funcionamento do Modelo de Gestão coletiva**

Como o objetivo deste projeto produtivo é a diversificação da produção para atender o mercado local, o funcionamento orgânico se baseará na composição estratégica de grupos de trabalho especializados. Estes pequenos grupos serão responsáveis por suas áreas específicas e darão conta dos resultados e rendimentos sob sua responsabilidade. O número total de pessoas dedicadas à gestão coletiva será a princípio de 46 pessoas de famílias diferentes. Os grupos de trabalho serão produtivos e gerenciais, assim distribuídos:

1) *Grupo de gerência física*: Este grupo estará responsável por avaliar constantemente o desempenho dos outros grupos, bem como de seus componentes. A observação da distribuição da mão de obra e rendimentos relacionados à força produtiva é indispensável para que não haja sobrecarga de trabalho ou ociosidade em níveis que gerem insatisfação. Este grupo será composto por 3 pessoas. Uma das principais funções deste grupo será o manejo do sistema de irrigação que por ser grande e complexo necessita de mão-de-obra capacitada para a especificidade que o sistema requer, no tocante ao manejo racional.

2) *Grupo de gerência financeira*: Este grupo estará responsável por calcular os rendimentos brutos e líquidos, separar os valores correspondentes à remuneração, capital de giro e do fundo de manutenção do sistema. Este grupo será composto por apenas 2 pessoas. A prestação de contas deve ser periódica e o sistema deverá passar por auditorias para atestar que o seu funcionamento é eficiente, ético e idôneo. Este grupo estará diretamente ligado ao grupo de comercialização, fechando os balanços diários de produção e renda. Com o fechamento dos balanços semanais será efetuado o pagamento dos(as) trabalhadores(as) envolvidos(as).

3) *Grupo de Comercialização*: Este grupo terá a responsabilidade da logística, processamento e comercialização dos produtos produzidos neste sistema. Em um segundo momento este grupo poderá contribuir para o desenvolvimento de outras atividades produtivas, do assentamento como um todo, responsabilizando-se pela comercialização dos produtos de outros plantios no assentamento, ou seja, desde que se pague uma taxa manutenção sistema. Os principais pontos de venda serão as feiras locais, a própria comunidade e para a merenda escolar de Upanema. A princípio este grupo será composto por 4 pessoas podendo ser complementado de acordo com as demandas.

4) *Grupo da produção de mamona, húmus de minhoca e insumos agroecológicos*: Este grupo estará responsável pelos tratos culturais colheita e processamento da mamona. Como este trabalho é sazonal, fica a cargo deste grupo também a produção do húmus e insumos alternativos necessários aos plantios envolvidos neste projeto. Este grupo será composto de 08 pessoas.

5) *Grupo da horticultura*: Este grupo estará encarregado da horta (2,744 ha) e será composto por 15 pessoas. A afinidade com o grupo de gerência física e de comercialização é extremamente necessária para atender com regularidade e diversidade as demandas do mercado local. O mesmo se pode dizer do grupo de fruticultura.

6) *Grupo de fruticultura*: Este grupo estará responsável pelos tratos culturais e colheita das frutas do pomar orgânico diversificado com área de três hectares e meio. Este grupo será composto por 08 pessoas.

7) *Grupo de apicultura orgânica*: este grupo terá a responsabilidade de manejar dois apiários de 50 colméias cada. O pasto apícola consistirá da floração das fruteiras, hortaliças tipo fruto, da vegetação herbácea nativa (favorecida pela umidade da irrigação) e da caatinga densa que vegeta nas redondezas. Não existem outros plantios nas proximidades, assim este projeto será de produção orgânica atendendo os principais pré-requisitos da certificação orgânica do mel. Este grupo será composto de 06 pessoas.

## **7) Análise dos impactos ambientais**

Este item deve exibir os benefícios ambientais do sistema, ou de cada subsistema proposto. Deve descrever quais são os principais problemas ambientais envolvidos com a atividade (salinização, erosão, resíduos, etc) e qual a estratégia do projeto em lidar e/ou prevenir o aparecimento destes problemas. Deve descrever que características ambientais foram observadas no local, seu envolvimento com a prática proposta e como o projeto se adequou a elas.

### Breve exemplo de análise das questões ambientais envolvidas no projeto

A proposta elaborada neste projeto se baseia em princípios agroecológicos e em processos produtivos que reforcem a sustentabilidade ambiental, social e econômica do projeto.

O sistema de irrigação é desenhado de maneira que seja inteiramente apropriado às condições edafoclimáticas da região e integrado numa lógica que busca o máximo de economia de água e energia.

A integração da produção animal e vegetal reforça essa estratégia de diversificação biológica e atendimento ao mercado, bem como, é fundamental para a conservação e manutenção da fertilidade do solo via a reciclagem da matéria orgânica.

Além da manutenção de uma razoável diversificação de espécies vegetais no sistema, para manter o equilíbrio do sistema serão implementados vários métodos naturais para manutenção da fertilidade do solo e o controle de pragas e doenças, como a rotação de culturas, uso de biofertilizantes líquido (supermagro, Urina de vaca e outros), uso de húmus de minhoca, uso de compostos minerais naturais, uso de inseticidas naturais (neem, urina de vaca, etc).

Para determinar um sistema de irrigação tecnicamente apropriado às condições ambientais do local, procurou-se, primeiramente, determinar o potencial do aquífero. A vazão do poço foi determinada através do método volumétrico, utilizando 3 repetições, com média de 33,33 m<sup>3</sup>/h, e pressão de serviço de 5 Kgf/cm<sup>2</sup> observada em manômetro instalado na saída do poço da Petrobrás, nível estático e dinâmico de 90 m e 117,65 m, respectivamente, determinado em 04/07/2003 pela PETROBRAS.

Foram abertas 6 trincheiras de aproximadamente 1,5 m de profundidade, no sentido transversal à largura da área, distanciados entre si de 40 m. Não foi verificada a existência de impedimento físico que pudesse comprometer o sucesso da implantação e manejo da irrigação. Contudo, serão instalados 8 piezômetros (poços de observação) para o monitoramento do lençol freático e condutividade elétrica dos lixiviados. Todavia, nas adjacências da área selecionada existe afloramento de carbonatos, resultante da erosão do grupo barreiras que aconteceu há milhões de anos atrás. A área pré-selecionada para a implantação do projeto de irrigação foi demarcada buscando a maior dimensão no sentido do comprimento, pois observações de campo (trincheiras) e conhecimento dos agricultores revelam que ali está o “coração da área”, e que a profundidade cresce neste sentido.

Foram realizadas duas coletas de água, a primeira em 22/10/2003 e a segunda em 24/10/2003, acondicionadas em recipientes plásticos, mantidas refrigeradas, posteriormente acondicionadas em caixa de isopor e levadas para análise no laboratório de química do solo da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. O solo possui textura franco arenosa com boa permeabilidade, é rico em potássio (K), porém apresenta uma forte deficiência em fósforo (P). A água destinada para irrigação foi classificada em C<sub>3</sub>S<sub>1</sub>, em ambas as datas (ver boletins em anexo). De acordo com a “U.S. SALINITY LABORATORY STAFF-U.S.D.A. AGRICULTURE HANDBOOK N° 60”, C<sub>3</sub> é referente à condutividade elétrica (CE) da água para irrigação (de 0,76 a 2,25 dS/m), podendo ser usada desde que haja lâmina de lixiviação, onde plantas com moderada tolerância aos sais podem ser perfeitamente cultivadas. Observa-se que o valor da CE da água de irrigação está muito próximo da classe C<sub>2</sub> (0,25 a 0,75 dS/m), ou seja, é uma situação de transição entre C<sub>2</sub> e C<sub>3</sub>. S<sub>1</sub> é a denominação da razão de adsorção de sódio, ou seja, em função do efeito do sódio trocável, nas condições físicas do solo, sendo considerada com baixa concentração de sódio. Foi verificado também que teor de bicarbonato foi baixo, fazendo com que minimize o efeito do sódio (anexo).

## 8) Análise de viabilidade econômica

A análise da viabilidade econômica deve conter uma descrição sucinta das principais despesas e receitas consideradas na planilha de viabilidade econômica (que deve estar em anexo). Esta análise deve conter comentários acerca dos resultados da planilha de viabilidade econômica e justificativas para itens não orçados (caso existam). Os principais resultados da análise são renda por participante, ponto de equilíbrio (quando for pertinente) e relação benefício custo.

### Breve exemplo

Na *gestão familiar*, se espera uma renda anual de R\$ 1.125,00 com a mamona e de R\$ 1.752,00 com a forragem. Ambas as atividades geram aproximadamente R\$ 2.877,00 anuais, ou R\$ 239,75 mensais. O agricultor que receba o benefício sob gestão familiar terá ainda que pagar a Associação uma taxa mensal de R\$ 2,50. Esta taxa equivale a 15% da manutenção do sistema de irrigação e é proporcional ao percentual da área irrigada a ser ocupada por este grupo. A estimativa de renda com a forragem deve ser considerada como aproximação, pois o agricultor que receberá o benefício poderá usá-la para qualquer fim. O cálculo deste rendimento foi feito considerando a produção de leite/queijo com 3 vacas produzindo em média 4 litros por

dia, condição esperada para esta região.

Foram calculados os rendimentos parciais de cada atividade da *gestão coletiva* para um cenário otimista e para um cenário pessimista. As despesas administrativas foram assumidas com 3% dos rendimentos e as despesas com a logística de comercialização e processamento 5%. No cenário otimista foi considerados o preço atual de mercado e as produções esperadas para as atividades propostas. No cenário pessimista foram considerados os preços mínimos e 60% da produção.

Para a *gestão coletiva*, a renda mensal por trabalhador no cenário otimista foi de R\$ 250,82 e no pessimista de R\$141,18.

## 9) estratégia de implementação

Este item deverá descrever qual a estratégia de implementação do projeto. Como irá acontecer. Serão dadas capacitações durante a implantação, que procedimentos e estratégias serão utilizadas, e como se dará o envolvimento das famílias beneficiadas no processo.

### Breve exemplo

Para a implantação deste projeto será formada uma comissão de implantação composta pelo presidente da associação de Palheiros III mais 3 pessoas do grupo de gerência física, as 2 pessoas do grupo de gerência financeira, uma liderança do grupo de comercialização, uma do grupo de mamona, uma do grupo de horticultura, uma do grupo de fruticultura e uma do grupo de apicultura orgânica para acompanhar e gerenciar a instalação do *projeto coletivo*. Para acompanhar a implantação das áreas de gestão familiar se juntarão a este grupo quatro lideranças que ficarão responsáveis pelo processo de gestão físico financeira da implantação do projeto.

O processo de implantação será acompanhado e assistido por técnicos da Cooperativa Terra Livre que também estarão a cargo das capacitações e assistência técnica nos meses seguintes.

## 10) Cronograma de implantação

O cronograma deve conter todas as atividades pertinentes a implantação do projeto. Os meses de ser apenas numerados e não citados.

		Breve exemplo									
Item \ Meses	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Assinatura do convênio	X										
Constituição da Comissão de Implantação	X										
Preparo da área., limpeza e gradagem	X	X									
Construção do Galpão/escritório	X	X									
Aquisição de veículo											
Capacitação em técnicas agrícolas e gestão	X	X									
Instalação do sistema de irrigação		X									
Construção da sementeira		X									
Construção da cerca		X	X								
Início do plantio da sementeira para Horta			X								

Plantio das mudas de Fruteiras			X							
Plantio da forrageira			X							
Instalação dos apiários			X							
Montagem da estrutura de comercialização			X	X						
Captura dos exames de Abelha			X	X	X	X				
Construção do minhocário				X						
Construção da casa do mel						X				
Plantio da área de mamona			X							
Colheita de mamona								X		
Manutenção da cultivo de mamona										X

## 11) Orçamento

O orçamento geral exhibe os itens gerais do projeto, que podem ou não ser discriminados. O orçamento geral deve conter o valor financiado, a contrapartida e o cofinanciamento, se houver. É interessante que o montante financiado por família também seja evidenciado.

### Breve exemplo

Os investimentos financeiros neste projeto serão realizados através da PETROBRAS e PDHC via FISP (Fundo de Investimento Social e Produtivo PDHC/FIDA). O FISP financiará 11,39% dos investimentos, a PETROBRAS financiará 68,36% e os 20,25% restantes serão a contrapartida da comunidade.

O investimento total no projeto produtivo será de R\$ 368.649,19 distribuídos entre a PETROBRAS (R\$ 252.023,14), PDHC (R\$ 41.974,05) e a contrapartida da comunidade de (R\$ 74.652,00). Além do investimento no projeto produtivo a PETROBRAS entrará ainda com o subsídio para a energia elétrica ( R\$ 72.000,00) e com a compra da safra de sementes de mamona (R\$ 45.000,00) nos primeiros dois anos após a implantação. A participação total da PETROBRAS neste projeto é de **R\$ 379.023,14**.

A contrapartida da comunidade será dada em forma de adubo orgânico (Esterco de curral obtido no assentamento) e serviços que ocorram após o período de instalação do sistema. A contrapartida total da comunidade é de 20,25% do investimento total e está dividida por órgão financiador. Para o investimento FISP a contrapartida é de 3,54% do investimento total (23,7% da parcial dos investimentos correspondentes aos FISP). Para o investimento da PETROBRAS a contrapartida é de 16,71% do investimento total.

Os serviços de assessoria técnica não estão orçados neste projeto. O Projeto Dom Helder Camara se responsabiliza pelos gastos referentes a este item.

Na parte direcionada a formação de jovens, a PETROBRAS disponibilizará o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a aquisição de três computadores e uma impressora. Os demais serviços não orçados, relacionados à formação dos integrantes deste Projeto, também serão cobertos pelo Projeto Dom Helder Camara.

As despesas com energia elétrica e da aquisição das safras de sementes de mamona durante os dois primeiros anos não estão orçados neste projeto e também ficarão a cargo PETROBRAS. Na aquisição deste produto, a PETROBRAS pagará o valor de mercado, aplicando uma dedução percentual progressiva do custeio por safra da energia elétrica, num crescente de 0, 25 e 50% para as sucessivas safras.

Os seguintes itens dos orçamentos entraram como financiamentos FISP (PDHC/FIDA):

- Olericultura Irrigada (2,74 ha) - retirada do restolho, gradagem, confecção de canteiros, coveamento, adubação orgânica, preparação de sementeira e plantio; transplântio e adub. foliar com biofertilizante;
- Fruticultura Irrigada (3,32 ha) – destoca, retirada do restolho, gradagem, coveamento, adubação orgânica/cova , aquisição das mudas, plantio das mudas e adubação foliar com biofertilizante;
- Mamona Irrigada (5 ha) - retirada do restolho, gradagem, adubação orgânica na cova, plantio, adubação foliar com biofertilizante e sementes;
- Apiários (100 colméias) – aquisição das colméias, garfo desoperculador, mesa desoperculadora e fumigadores;
- Capim Elefante Irrigado (1,6 ha) – gradagem, confecção de canteiros, coveamento e plantio, adubação orgânica;
- Mamona Sequeiro (27 ha) – retirada do restolho, plantio e coveamento;
- Gliricídia Sequeiro (54 ha) – retirada do restolho, plantio e coveamento.

**Tabela** – Orçamento geral (e por fonte de financiamento do sistema produtivo proposto para o Assentamento de Palheiros III – RN.

ítem	Total	FISP (PDHC/FIDA)	Contrapartida FISP <sup>1</sup>	PETROBRAS	Contrapartida PETROBRAS <sup>2</sup>
<b>Gestão coletiva</b>	<b>212.628,19</b>	<b>20.590,05</b>	<b>3.940,00</b>	<b>168.986,14</b>	<b>19.112,00</b>
Olericultura Irrigada (2,74 ha)	15.448,01	2.160,00	1.000,00	7.288,01	5.000,00
Fruticultura Irrigada (3,32 ha)	16.500,05	7.395,05	1.000,00	3.105,00	5.000,00
Mamona Irrigada (5 ha)	12.796,00	1.904,00	500,00	3.392,00	7.000,00
Apiários (100 colméias)	40.367,00	9.131,00	1.440,00	27.684,00	2.112,00
Sistema de irrigação completo	64.504,35	0,00	0,00	64.504,35	0,00
Outros	63.012,78	0,00	0,00	63.012,78	0,00
<b>Gestão familiar</b>	<b>156.021,00</b>	<b>21.384,00</b>	<b>9.100,00</b>	<b>83.037,00</b>	<b>42.500,00</b>
Capim Elefante Irrigado (1,6 ha)	4.713,00	864,00	1.000,00	849,00	2.000,00
Mamona Sequeiro (27 ha)	37.854,00	9.504,00	2.700,00	12.150,00	13.500,00
Gliricídia Sequeiro (54 ha)	113.454,00	11.016,00	5.400,00	70.038,00	27.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>368.649,19</b>	<b>41.974,05</b>	<b>13.040,00</b>	<b>252.023,14</b>	<b>61.612,00</b>
<b>% DO INVESTIMENTO</b>	<b>100,00</b>	<b>11,39</b>	<b>3,54</b>	<b>68,36</b>	<b>16,71</b>
<b>Montante por família</b>	<b>5.049,99</b>				

1. Contrapartida das famílias ao recurso investido pelo FISP.

2. Contrapartida das famílias ao recurso investido pela PETROBRAS.

## 12) Memória de cálculo

Na memória de cálculo está o detalhamento dos itens do orçamento geral. O detalhamento deve ser feito com unidade, quantidade, valor unitário e orçamento geral.

A memória de cálculo deve estar coerente com o texto do projeto.

<b>Breve exemplo</b>				
<b>Tabela 07 – Orçamento da área de Mamona com 5 ha.</b>				
<b>Quantidade</b>	<b>Unidade</b>	<b>Discriminação</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Total(R\$)</b>
<b>Trabalhos preliminares</b>				<b>3.954,00</b>
5	ha	Destoca em mata rala	450,00	2.250,00
23	h/d	Retirada do restolho	12,00	276,00
12	h/tr	Gradagem	60,00	720,00
23	h/d	Adubação orgânica/cova	12,00	276,00
16	h/d	Plantio	12,00	192,00
20	h/d	Adub. Foliar c/ Biofertilizante da área	12,00	240,00
<b>Insumos</b>				<b>7.700,00</b>
25	Carrada	Esterco Bovino	300,00	7.500,00
40	kg	Semente	5,00	200,00
<b>Outros</b>				<b>1.142,00</b>
50	Unid.	Caixotes de plástico	15,00	750,00
4	Und.	Carro de mão	62,00	248,00
4	Und.	Pá grande de bico	13,00	52,00
4	Und.	Facão	8,00	32,00
4	Und.	Enxada	15,00	60,00
			<b>TOTAL GERAL</b>	<b>12.796,00</b>
			<b>TOTAL FINANCIADO</b>	<b>5.296,00</b>
			<b>CONTRAPARTIDA</b>	<b>7.500,00</b>

## 13) Anexos

Nos anexos podem estar croquis, planilha de viabilidade econômica, dimensionamentos, regimentos, documentação, etc.

## Breve exemplo de regimento preliminar

### **Regras gerais do projeto produtivo**

#### **a) Das Condições de participação no *projeto coletivo*:**

1. Ser sócio da Associação dos Moradores do Assentamento de Palheiros III;
2. Estar em adimplência com a Associação dos Moradores do Assentamento de Palheiros III;
3. Trabalhar em equipe em sintonia com o seu grupo de trabalho e com o grupo completo;
4. Estar de acordo e ciente de que a remuneração será proporcional ao tempo trabalhado e ao rendimento líquido do projeto coletivo;
5. As decisões tomadas pela maioria da equipe do projeto coletivo em assembléia deverão ser acatadas por todos os participantes;

#### **b) Dos benefícios e renda recebidos pelos participantes do *projeto coletivo*:**

1. Todos os bens do *projeto coletivo* serão de posse da Associação do Assentamento de Palheiros III e, portanto, serão de todos os associados;
2. O uso dos bens e áreas destinadas ao *projeto coletivo* deverão ser utilizadas apenas pelo grupo conciso do *projeto coletivo* para seus objetivos diretos. As exceções deverão ser decididas em assembléia;
3. Toda a renda gerada pelo *projeto coletivo* será revertida para um fundo comum administrado pelo grupo de gerência financeira;
4. Da renda bruta total serão descontados as taxas de manutenção e administração, a renda líquida será integralmente distribuída entre os participantes do *projeto coletivo* proporcionalmente ao número de horas trabalhadas;
5. A renda de cada participante independará do montante produzido por cada grupo e sim do montante produzido pelo grupo completo. Ex: O grupo de mel fora da época de colheita irá receber igual aos demais por hora de trabalho, na época da colheita a renda aumentará e será dividida igualmente por todos os participantes do *projeto coletivo*;
6. O consumo doméstico dos produtos da área de produção será autorizado na forma de **compra** através do grupo de comercialização. Para os assentados será cobrado um valor inferior ao de mercado com desconto a ser acertado em assembléia. No caso dos participantes do *projeto coletivo* o pagamento poderá ser feito em forma de desconto na folha salarial. Esta medida será tomada para que o sistema se mantenha sustentável e que as pessoas que não participam do *projeto coletivo* ou participem em setores que não produzam os produtos desejados, também tenham acesso ao benefício e, por conseguinte, a segurança alimentar.

#### **c) Do funcionamento do sistema do *projeto coletivo*:**

1. Cada participante do *projeto coletivo* deverá prestar conta de seu serviço diariamente a um membro do grupo de gerência física;
2. Cada grupo produtivo deverá estar em sintonia com o grupo de comercialização para que este execute a comercialização dos produtos colhidos. Algumas culturas deverão ser plantadas de acordo com as demandas levantadas pelo grupo de comercialização;
3. Os grupos produtivos serão o grupo da mamona e produção de insumos, grupo da olericultura, grupo da fruticultura e o grupo do mel;
4. A divisão dos participantes por grupos será de acordo com predisposição e vocação natural de cada um. Caso existam mais pessoas do que vagas para um determinado grupo a escolha deverá ser feita por critérios de competência/experiência na área, em caso de empate a escolha poderá ser feita por sorteio.
5. As mulheres e os jovens deverão participar em número superior a cotas mínimas pré-estabelecidas em assembléia;
6. As equipes de gerência física e financeira devem ter seriedade nos gastos e respeitar as rubricas pré-estabelecidas;
7. A contabilidade realizada pela equipe de gerência financeira deve passar por auditorias periódicas que podem ser contratadas pela instituição parceira do PDHC no assentamento, a Cooperativa Terra Livre;
8. Caso algum participante não esteja satisfeito ou não se encaixe nas normas de funcionamento do grupo do *projeto coletivo*, seu caso será analisado em assembléia por todo o grupo e uma eventual substituição poderá ser executada;
9. Em caso de substituição, deverá ser prioritariamente respeitada a cota de uma pessoa por família, e as cotas mínimas de participação de jovens e mulheres;

10. A desistência tardia da participação no *projeto coletivo* não implicará em receber o benefício da participação na forma *familiar*.



## 03) Quadro de despesas

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITARIO	TOTAL
Custos de produção (especificar)			Sub total =	40593,42
Custos Variáveis				
1. Matéria prima			Sub total =	27500,00
Castanha de caju	25000	Kg	1,10	27500,00
				0,00
				0,00
				0,00
				0,00
2. Matéria de consumo			Sub total =	1050,00
Sacos plasticos 15 kg	10	Conj	8,00	80,00
Caixas de papelão	208	Und	2,00	416,00
Sacos aluminizados	277	Und.	2,00	554,00
				0,00
				0,00
				0,00
3. Outros custos variáveis				856,50
Custos Fixos				
4. Salários			Sub total =	6000,00
todos	1		6000	6000,00
				0,00
				0,00
				0,00
				0,00
5. Encargos trabalhistas (65%)				3900,00
6. Depreciação				873,72
7. Manutenção e conservação				87,37
8. Outros custos fixos				325,83
Custos de comercialização (especificar)			Sub total =	800,00
Todos	1	vb.	800,00	800,00
				0,00
				0,00
				0,00
				0,00
				0,00
Custos de administração (especificar)			Sub total =	200,00
todos	1	vb.	200,00	200,00
				0,00
				0,00
Custos tributários			Sub total =	8163,13
ICMS				7862,50
Abatimento ICMS				0,00
PIS				300,63
Total				49756,54

## 04) Quadro de Viabilidade econômica

ITEM	ANUAL	MENSAL	% DO INVESTIMENTO
Total dos investimentos	19137,00		
Total das despesas anuais	49756,54	4146,38	
Total das receitas em cenário otimista	55500,00	4625,00	
Total das receitas em cenário pessimista	51750,00	4312,50	
Lucro líquido em cenário otimista	5743,46	478,62	30,01
Lucro líquido em cenário pessimista	1993,46	166,12	10,42
Relação benefício custo em cenário otimista	1,12		
Relação benefício custo em cenário pessimista	1,04		
Ponto de equilíbrio em cenário otimista	3712,43		kg por ano
Ponto de equilíbrio em cenário otimista	61,87		% da capacidade produtiva
Ponto de equilíbrio em cenário pessimista	4358,64		kg por ano
Ponto de equilíbrio em cenário pessimista	72,64		% da capacidade produtiva

## **ANEXO 3- FORMULARIOS DE CONTROLE FINANCEIRO**

### **1. Posição Financeira**

É uma espécie de balancete que permite a composição dos valores transferidos pela UGP (PDHC), que estão sob a guarda da Entidade Contratada;

### **2. Conciliação Bancária**

Destinada a conciliar o saldo da conta bancária da Entidade Contratada;

### **3. Caixa**

Destinado ao controle diário da movimentação da conta da Entidade Contratada;

### **4. Conta Corrente 1**

Destinado ao controle, pela Entidade Contratada, dos eventuais adiantamentos concedidos pela mesma;

### **5. Conta Corrente 2**

Destinado ao controle, pela Entidade Contratada, dos valores relativos a Caixa Pequena.

## **INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO**

### **A) Posição Financeira**

- **Unidade:** Preencher com o nome da Entidade Contratada
- **Período:** Citar o período a que se refere o fechamento
- **1.1 – Saldo anterior:** Preencher com o saldo do período anterior
- **2 – Transferências recebidas:** Citar cada valor transferido pela UGP (PDHC) durante o período
- **Acumulado:** Refere-se ao acumulado (saldo anterior + as transferências efetuadas pela UGP - PDHC).
- **3. Composição:** **3.1** - É o saldo bancário constante da conciliação bancária; **3.2** – É o valor transferido para a Caixa Pequena; **3.3** - Citar os adiantamentos eventuais concedidos, pessoa por pessoa; **3.4** – Relacionar as despesas efetuadas, cujos comprovantes ainda estejam em poder da Entidade Contratada; **3.5** – Citar a soma dos valores relativos aos **Pedidos de Realimentação da Conta**, cuja transferência ainda não tenha sido efetuada pela UGP (PDHC)
- **4 – Acumulado:** É o somatório de todos os valores, a partir do item 3 (composição). Este acumulado deverá ser sempre igual ao acumulado do subitem 2.5.

### **OBSERVAÇÕES:**

1. Os valores deverão ser colocados apenas na coluna parcial. Os valores da coluna total serão colocados automaticamente pela fórmula existente na tabela;

2. O representante legal da Entidade Contratada assinará no quadro **ELABORADO POR** e o representante da Entidade Solidária assinará no quadro **VISTO**. Após o carimbo de identificação abaixo das assinaturas.

#### **B) Conciliação Bancária**

- **Conta:** Citar o número da conta bancária da Entidade Contratada;
- **Mês:** Citar o período a que se refere a conciliação
- **1. Saldo conforme extrato:** Citar o valor do saldo constante do extrato no último dia do período
- **2.** Citar os números dos cheques emitidos durante o período e que ainda não constem do extrato
- **3.** Citar os depósitos efetuados pela Entidade Contratada durante o período, e outros valores que ainda não constem do extrato
- **4. Saldo Financeiro:** É o saldo real da conta no final do período.

#### **C) Caixa**

- **Unidade:** Preencher com o nome da Entidade Contratada
- **Data:** Colocar a data da emissão de cada cheque ou de confirmação das receitas
- **Histórico:** Descrever a destinação e o número de cada cheque
- **Receitas:** Citar os valores das transferências efetuadas pela UGP (PDHC) ou dos depósitos eventuais efetuados pela Entidade Contratada
- **Despesas:** Citar os valores relativos aos cheques emitidos
- **Saldo:** É o saldo atualizado após a emissão de cada cheque. **Não há necessidade de preocupação com os valores do saldo, pois eles serão colocados automaticamente pela fórmula existente na tabela.**

#### **D) Conta Corrente**

Seguir a mesma orientação do item anterior (Caixa)

**MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO**  
**PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL PARA OS ASSENTAMENTOS DA**  
**REFORMA AGRARIA NO SEMI-ARDIDO DO NORDESTE**  
**(PROJETO DOM HELDER CAMARA)**

<b>CONCILIAÇÃO BANCARIA</b>	<b>CONTA Nº</b> 11.540-1	<b>PERÍODO:</b> 19.09 a 23.09.2003
-----------------------------	-----------------------------	---------------------------------------

1. Saldo conforme extrato bancário		R\$ 1.880,00
2. (-) Autorizações de Pagamento/Cheque não acatados pelo	Valor	
	Parcial	Total
2.1. Cheque nº 000002	R\$ 380,00	
2.2.		
2.3.		
2.4.		
2.5.		
2.6.		
2.7.		
2.8.		
2.9.		
2.10.		R\$ 380,00
3 (+) Depósitos/Outros créditos não correspondidos pelo banco:		
3.1.		
3.2.		
3.3.		
3.4.		
3.5.		
3.6.		
3.7.		
3.8.		
3.9.		
3.10.		R\$ -
4 (=) Saldo financeiro		R\$ 1.500,00

ELABORADO POR:	VISTO:
----------------	--------



**MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO**  
**PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL PARA OS ASSENTAMENTOS DA**  
**REFORMA AGRARIA NO SEMI-ARDIDO DO NORDESTE**  
**(PROJETO DOM HELDER CAMARA)**

<b>POSIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>UNIDADE</b> Associação Comunitária do Salobro	<b>PERIODO:</b> 19.09 a 23.09.2003
---------------------------	--	---------------------------------------

**1. RECEITAS**

<b>1.1. Saldo anterior</b>			
2. (-) Transferências recebidas	Valor		
	Parcial	Total	
2.1. Remessa do PDHC	R\$ 22.000,00		
2.2.			
2.3.			
2.4.		R\$ 22.000,00	
<b>2.5. ACUMULADO</b>		<b>R\$ 22.000,00</b>	
<b>3. COMPOSIÇÃO:</b>			
3.1. Saldo bancário conforme conciliação	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	
3.2.			
<b>3.3. Adiantamentos:</b>			
3.3.1			
3.3.2			
3.3.3			
3.3.4		R\$ -	
<b>3.4. Despesas efetuadas:</b>			
3.4.1 Prestação de Contas a encaminhar	R\$ 20.500,00		
3.4.2			
3.4.3			
3.4.4			
3.4.5			
3.4.6			
3.4.7			
3.4.8			
3.5		R\$ 20.500,00	
<b>4. ACULUMADO (=2.5)</b>			<b>R\$ 22.000,00</b>

ELABORADO POR:	VISTO: